



## A CRIAÇÃO DE ECOSISTEMAS COMUNICATIVOS NO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Cristina de Fátima Marcon Buogo; Eliane Andrzejewski;  
Léia Kelly Rodrigues da Silva; Raquel Maciel Lopes.

PPGE Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)

### 1. Introdução

Diante do contexto atual de pandemia provocada pelo coronavírus que causa a Covid 19 e resguardando o direito à vida foram necessárias medidas para evitar o contágio e diminuição dos riscos à saúde de todas as pessoas. Uma das ações foi a suspensão das aulas presenciais para evitar aglomerações e os riscos de contágio. Conforme consta na lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, o artigo terceiro, no inciso III, determina: “estabelecimentos comerciais e industriais, templos religiosos, estabelecimentos de ensino e demais locais fechados em que haja reunião de pessoas” (BRASIL, 2020). As restrições causadas pela pandemia trouxeram mudanças abruptas no âmbito social, cultural, educacional e econômico, fazendo as pessoas repensarem suas práticas rotineiras e buscarem estratégias para minimizar os impactos da doença.

Com base na lei federal citada acima, o governo do estado de Santa Catarina publicou em 12 de março de 2020, o decreto n. 506, estabelecendo em seu art. 1, a suspensão das aulas no território catarinense, por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de março de 2020, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Neste cenário, a educação formal precisou se adaptar a essa nova realidade, para cumprir sua função respaldada em documentos regulatórios do ensino. Segundo o previsto na Constituição Federal de 1988, no art. 250, “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, no parágrafo 4, “na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório”. Para cumprir as determinações legais, o direito e o acesso à educação foram necessários rever as formas de utilizar estratégias e recursos que possibilitasse o acesso ao conhecimento de forma exitosa. A alternativa foi o ensino remoto, através das plataformas on-line, vídeos e aplicativos de conversas on-line.

Nesse sentido, buscou-se refletir sobre as diferentes formas que os espaços educativos encontraram para dar continuidade ao processo de ensino e de aprendizagem tanto na educação básica como no ensino superior. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, mediante análise de textos com autores vinculados às temáticas educacionais, à cultura digital e à educomunicação. Dessa forma, abordam-se a cultura digital e a criação de ecossistemas comunicativos no ensino remoto, considerando o contexto pandêmico.

## 2. Cultura digital

No atual panorama político e social, marcado por uma pandemia que assola a população mundial, transformando as escolas em espaços físicos vazios, devido a uma doença para qual ainda se estudam formas de combate, onde o isolamento social torna-se a única forma de conter a disseminação do vírus potencialmente fatal. A escola está se construindo remotamente por intermédio da presencialidade e do diálogo de modo síncrono e assíncrono<sup>1</sup>. Logo, as discussões acerca da democratização do acesso à tecnologia digital no processo de ensino e aprendizagem ganharam relevo.

Este cenário tornou a sociedade contemporânea ciente dos desafios que essa democratização e utilização tecnológica acarretam nos aspectos econômicos, sociais, culturais, éticos e políticos. Segundo Dussel (2020), esta situação propiciou visualizar o desequilíbrio social em vários pontos, permitindo a reflexão sobre as desigualdades de acesso, visto que estas não ocorrem apenas na escola enquanto ambientes físicos, mas de maneira ubíqua na era digital. Nesse processo, inclui-se o direcionamento de políticas públicas para o acesso à conectividade digital que facilitem a conexão gratuita para os educandos. Frente a essa ideia, encontra-se em Teberoski (2004) a importância da ação pedagógica na utilização das tecnologias no ensino escolar, pois somente o uso desses recursos não garante a efetiva aprendizagem.

A escola está imersa em uma sociedade com movimentos discursivos que validam a cultura tecnológica como a nova autoridade popular. Esta enumera desafios mediante condições materiais e estratégicas para a sua durabilidade. Para Dussel (2020), os debates foram descentralizados sobre as questões entre adaptar-se ou não, as mudanças tecnológicas para a perspectiva acerca de quais são os melhores ambientes para conduzir o processo de ensino e de aprendizagem. Por certo, pensam na garantia da saúde e bem-estar dos estudantes, bem como na diminuição das desigualdades explicitadas por esta demanda.

---

1 A comunicação de modo síncrono acontece quando os interlocutores encontram-se presentes em tempo real, ainda que em territórios distintos. No modo assíncrono a comunicação não acontece simultaneamente como por exemplo em e-mails, mensagens em aplicativos, redes sociais e Fóruns ( FERREIRA E SANTIAGO, 1999) deixaram de estar presentes apenas no Ensino Superior e passou a ser fundamental no âmbito da Educação Básica.

## Educomunicação em tempos de pandemia A criação de ecossistemas comunicativos no ensino básico e no ensino superior no contexto da pandemia

Sendo assim, observa-se que experiências didáticas pedagógicas estão progressivamente acontecendo por meio de dispositivos computacionais em ambientes digitais. De acordo com Dussel (2017), entre discursos que deslegitimam as práticas pedagógicas, formular elogios à escola tem se tornado um desafio. Para que a escola consiga perdurar no novo ambiente, são necessários discursos que legitimem “sua importância e centralidade na transmissão da cultura” (DUSSEL, 2017, p. 96). Portanto, a modernização em sala de aula pressupõe outras provocações. É imprescindível que a escola transforme a tecnologia digital em objeto de profanação, viabilizando a reflexão profunda quanto às relações existentes na sociedade, estudando a essência dos discursos, adequando os novos dispositivos à intencionalidade pedagógica, experimentando e ampliando novas montagens provisórias para a escola contemporânea.

Quando os discursos direcionam para a formação da autonomia dos sujeitos, inserido em um processo de aprendizagem significativa, é fundamental no campo educacional, considerar a cultura digital. Esse contexto dinâmico, que está presente para além dos muros escolares, apresenta múltiplos recursos disponíveis, desenvolvendo a capacidade de aprendizagem ubíqua dos educandos, ao legitimar o conhecimento que eles já possuem, além de conectar a intencionalidade pedagógica, garantindo-lhes o direito de aprender.

Em pouco mais de três décadas, os processos comunicativos modificaram-se abruptamente, a sociedade passou da cultura das mídias para a cultura digital, ou seja, conectada em rede através dos jogos, pela cibercultura e pelas hipermídias. Contudo, a apropriação mais democrática, crítica e cidadã das tecnologias depende, em grande parte, da oportunidade educativa de problematizá-la desde os anos iniciais, incluindo os ambientes em tessitura digital.

Ponderando sobre estas discussões, Fagundes e Maçada (1999, p. 13) problematizam a eficácia das metodologias educacionais, bem como das tecnologias empregadas atualmente nas formações de professores com o intuito de promover o desenvolvimento da aprendizagem dos educandos. Para as autoras, o principal das metodologias, inclusive no que se refere ao panorama digital, depara-se na probabilidade de que o educando “[...] alcance o poder de pensar, de refletir, de criar com autonomia soluções para os problemas que enfrenta”.

Em consonância Fagundes e Maçada, Heidegger (2007, p. 375) atenta para a importância da reflexão que formula perguntas durante o processo de conhecimento. Para o filósofo alemão, “o questionar constrói um caminho”, portanto é preciso pensar, observar e refletir durante todo o percurso. Dessa maneira, não se trata de seguir jornada visando a alcançar objetivos, a partir dos melhores instrumentos para tal feito, mas de apreciar as experiências que este processo oportuniza, indagando-as e indagando-se continuamente para formar novas aprendizagens e até mesmo construir outros destinos.

A pandemia da Covid 19 desencadeou transformações significativas na organização da sociedade. Para evitar a disseminação do vírus, as pessoas foram orientadas a evitar aglomerações e restringirem suas atividades. As escolas e universidades, seguin-

do as recomendações e preocupação com o cuidado de si e do outro, passaram então a refletir como dar continuidade ao processo educativo, visto que não seria aceitável continuar com as aulas presenciais. Nesse ínterim, uma das maneiras encontradas para a continuidade das atividades educativas, tanto na educação básica quanto no ensino superior, foi a adesão aos recursos remotos, através da internet, onde professores e estudantes puderam compartilhar atividades e materiais entre si. Esse panorama oportunizou que professores, estudantes e suas famílias passassem a revisitar suas posturas e práticas com as quais estavam habituados. De certa forma, precisaram trabalhar em colaboração, para que fosse possível dar prosseguimento ao processo de ensino-aprendizagem nos diferentes níveis.

Entende-se, assim, que o trabalho pautado na cooperação coletiva facilita a criação de ecossistemas comunicativos, os quais passam a ser levados em conta a partir dos estudos de Martín-Barbero (2011). De acordo com o autor, “a primeira manifestação e materialização do ecossistema comunicativo é a relação com as novas tecnologias” (MARTÍN-BARBERO, 2011, p. 125). Isso se deve à situação de se estar imersos em uma cultura digital, na qual o avanço da tecnologia tem mudado consideravelmente as relações, não só entre as pessoas, como também quanto aos serviços prestados.

Evidencia-se o fato de professores e estudantes terem que aprender a interagir de maneira síncrona e assíncrona. Para isso, o contato com as tecnologias e mídias digitais disponíveis por meio dos diversos dispositivos foi ampliado. Foi necessário compreender que não é apenas no espaço físico da escola que o processo educacional acontece. Portanto, suas casas também podem ser ambientes de ensino e de aprendizagem. Martín-Barbero (2011, p. 126) defende que “o saber é disperso e fragmentado e pode circular fora dos lugares sagrados nos quais antes estava circunscrito e longe das figuras sociais que antes o administravam”.

A presença das novas tecnologias provoca novas sensibilidades, novas formas de perceber e de sentir nos professores, estudantes e suas famílias. Nota-se que para a continuidade das atividades educativas, foi salutar o empenho de todos os envolvidos. Acredita-se que este esforço empreendido na busca da manutenção do processo de ensino e de aprendizagem, acarretou a criação de ecossistemas comunicativos.

Para Ismar Soares (2011), o termo ecossistema comunicativo denomina vínculos entre os sujeitos, em que devem ser priorizados o diálogo, a reflexão, a criticidade, o protagonismo e compartilhamento de conhecimentos. Mesmo remotamente e mediado por ferramentas digitais, tem sido possível fomentar relações dialógicas, visto que para o processo educativo ser exitoso as ações comunicativas construídas nesse processo são determinantes.

Para que o espaço educativo, remoto ou presencial, torne-se um espaço criador de ecossistemas comunicativos, as pessoas implicadas precisam constituir relações dialógicas. Assim, pais, estudantes, professores, funcionários podem perceber a sua importância nesse espaço.

## Educomunicação em tempos de pandemia A criação de ecossistemas comunicativos no ensino básico e no ensino superior no contexto da pandemia

Explica-se, portanto, que todas as pessoas podem ouvir e ser ouvidas, compartilhar seus saberes e, coletivamente, construir conhecimentos. Por conseguinte, estarão desenvolvendo o senso crítico, a reflexão, a autonomia. “Proporcionar e potencializar ecossistemas comunicativos é criar condições para que os educandos digam a sua própria palavra, pronunciando o mundo de modo significativo, participativo e transformador, como cidadãos” (SARTORI, 2010, p. 47). Ademais, tem-se no professor um mediador deste processo, que postula e facilita o respeito à opinião de cada estudante, em busca de uma escola mais humanizada. No contexto do ensino remoto, foi plausível refletir sobre a organização escolar e as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores.

Para que a tecnologia possa ser utilizada de maneira a colaborar com a aprendizagem, as ações do cotidiano escolar devem ser concebidas de maneira coletiva. A equipe escolar necessita investir em uma mudança, deixando os vínculos autoritários para relações pautadas no diálogo e no consenso, as relações entre professores, diretores, funcionários e alunos têm que partir do respeito e tato humano (LIBÂNEO, 2013, p. 122). As tecnologias estão cada vez mais presentes e contribuindo com o desenvolvimento humano, não permitindo que o ser humano fique inerte a sua existência, mas tendo consciência de tudo e todos acontecimentos e problemas que surgem perante a sua vida.

As mudanças da sociedade acontecerão quando os fins forem determinados aos interesses de todos em colaboração para alcançar o melhor para todos, como deve ocorrer em uma sociedade democrática e não para o crescimento das classes dominantes. Paro (2012, p. 153) afirma que: “A escola estará contribuindo para a transformação social não apenas quando promove a transmissão do saber, mas também quando consegue concorrer para o desenvolvimento da consciência crítica de sua clientela”.

Para contribuir e fazer acontecer esta transformação social, os educadores precisam mudar a si mesmo, suas posições, seus conhecimentos e principalmente sua forma de planejar, pois o ensino remoto e habilidade com os recursos tecnológicos se fizeram essenciais.

### 3. Considerações finais

Muitas mudanças são suscitadas considerando o contexto marcado por uma pandemia mundial. Sem planejamento e sem preparação prévia, o educador se deparou com uma imersão ainda maior na cultura digital. Da educação básica ao ensino superior, o ensino remoto por meio de plataformas digitais e também por intermédio de diferentes redes sociais e aplicativos possibilitou muitos conhecimentos aos sujeitos do processo educativo, que não mediram esforços para a continuidade do processo de ensino e de aprendizagem.

Embora a pandemia tenha ocasionado grandes transformações nas relações humanas como distanciamento social, modificando a metodologia de ensino e aprendizagem, bem como causando algumas incertezas para o desenvolvimento do processo educativo, ainda proporcionou inúmeras reflexões acerca do potencial uso das tecnologias e mídias digitais, para além do uso instrumental. Este panorama provocou mudanças nos diversos atores escolares como gestores, professores, funcionários e estudantes.

A escola está se reinventando, não mais entre os muros que a cercam, mas ubiquamente, alicerçada em práticas comunicativas presentes na cultura contemporânea. Sendo assim, algumas práticas educativas empreendidas, no contexto pandêmico, demonstraram que é possível compreender que a tecnologia digital, muito além de ser um instrumento pedagógico, também pode fomentar o diálogo, facilitar o protagonismo e potencializar o compartilhamento de conhecimentos e saberes, permitindo, assim, a criação de ecossistemas comunicativos.

### Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 7 de jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. In: *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República*. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 8 jan. 2021.

DUSSEL, Inés. Sobre a precariedade da escola. In: LARROSA, Jorge (org.). *Elogio da escola*. Trad. Fernando Coelho. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 87-111.

Educomunicação em tempos de pandemia  
A criação de ecossistemas comunicativos no ensino básico  
e no ensino superior no contexto da pandemia

DUSSEL, Inés. La classe en pantuflas. México: Instituto de Superior de Estudios Pedagógicos, 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch>. Acesso em: 18 mar. 2021.

FAGUNDES, Léa; MAÇADA, Débora; SATO, Luciane; *Aprendizes do futuro, as inovações começaram*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

FERREIRA, José. SANTIAGO, Miguel. *Ensino e aprendizagem na era da internet. O futuro da internet: estado da arte e tendências de evolução*. Portugal: Coleção Desafios, 1999, p. 203-209.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. *Sci. stud.* São Paulo, v. 5, n. 3, 2007, p. 375-398.

HEIDEGGER, Martin. *Lei n. 13.979 de 6 de fevereiro de 2020*. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm). Acesso em: 7 jan. 2021.

LIBÂNEO, José C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

BARBERO, Jesús. Desafios culturais da comunicação à educomunicação. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (org.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 121-134.

PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTA CATARINA. *Decreto n. 506 de 12 de março de 2020*. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/governo/sc/decreto-n-506-2020-santa-catarina--dispoe-sobre-as-medidas-para-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica--de-importancia-internacional-de-corrente-do-coronavirus-e-estabelece-outras-providencias>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SARTORI, Ademilde Silveira. Educomunicação e sua relação com a escola: a promoção de ecossistemas comunicativos e a aprendizagem distraída. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 7, n. 19, 2010, p. 33-48.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio*. São Paulo: Paulinas, 2011.

TEBE- ROSKY, Ana; GALLART, Marta e colaboradores. *Contextos de alfabetização inicial*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

## Educomunicação em tempos de pandemia

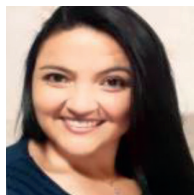
### A criação de ecossistemas comunicativos no ensino básico e no ensino superior no contexto da pandemia



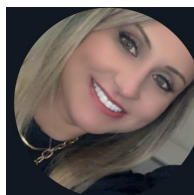
Cristina de Fátima Marcon Buogo. Mestre em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Especialista em Educação Especial e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (UNIPLAC). Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Lages.



Eliane Andrzejewski. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (PPGE/UNIPLAC). Especialista em educação especial e práticas inclusivas. Professora de atendimento educacional especializado na rede municipal (SEDUC/Rio do Sul).



Léia Kelly Rodrigues da Silva. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (PPGE/UNIPLAC). Especialista em prática psicopedagógica interdisciplinar e gestão escolar na educação básica pelo Centro Universitário FACVEST. Professora de educação infantil na rede municipal de Lages.



Raquel Maciel Lopes. Mestre em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (UNI-PLAC). Especialista em Neuropsicopedagogia clínica pela Faculdade de São Fidélis (FSF). Professora dos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de Vacaria e da rede estadual do Rio Grande do Sul.